



Conseil Consultatif Régional Sud
6 rue Alphonse Rio
95100 Lorient+FRANCE
• TEL : +33 297 83 11 69
• FAX : +33 297 83 91 84
info@ccr-s.eu
adrilet@ccr-s.eu • bguenn@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho Insular - 12 de Fevereiro - Ponta Delgada (Açores)

Recepção dos Participantes – Validação do Relatório – Validação da Ordem do Dia

O Presidente **C. Carballo** agradeceu os membros pela sua presença e insistiu na importância de se inscreverem previamente para as reuniões organizadas pelo CC Sul. Não é desejável para ninguém as reuniões decorrerem em más condições, o que é, em parte, o caso hoje, tendo o secretariado do CC Sul antecipado uma forte subdeclaração dos inscritos¹. Vários membros lamentaram legitimamente não disporem de aparelhos de tradução, podendo assim, comprometer o êxito da reunião.

O Presidente também agradeceu a DG MARE pela sua presença, bem como a todas as pessoas que contribuíram para a organização da reunião. Após ter lembrado as causas que levaram ao adiamento da organização da reunião, relativamente ao inicialmente previsto, regozijou-se por esta poder ser realizada nos Açores, como acordado.

Os relatórios das duas reuniões anteriores serão validados mediante consulta electrónica. Os membros também foram informados que uma maior concertação seria realizada antes de o relatório ser proposto, de modo a obviar eventuais incompreensões de tradução. Os membros mostraram-se satisfeitos e indicaram, ainda, desejar um melhor reflexo das suas observações nos relatórios.

O Presidente informou os membros que um debate aberto teria lugar no final da reunião. Além disso, salientou a importância de trabalhar melhor dentro deste Grupo, motivo pelo qual, redigiu uma ordem do dia pormenorizada da presente reunião, de modo a que os membros a pudessem preparar da melhor forma. Pediu desculpa pela transmissão tardia do documento, que não pôde ser traduzido, o que será corrigido na perspectiva das próximas reuniões. Vários membros indicaram terem achado útil a ordem do dia pormenorizada. **J. Lopez** referiu, contudo, que os documentos apresentados deviam respeitar a neutralidade do CC Sul.

O Presidente também interrogou os membros relativamente à utilidade da ferramenta Dropbox para o acesso aos documentos relacionados com a reunião - ferramenta essa que possibilita o acompanhamento dos documentos descarregados. Vários membros se interrogaram relativamente a essa ferramenta, manifestando, em seguida, a sua preferência para o acesso aos documentos, através de um só canal, a saber, o do site do CC Sul. Além do mais, os membros foram convidados a expressar as suas necessidades em termos de documentos de sessão (integralidade dos acervos regulamentares ou documentos específicos..).

O Coordenador Técnico indicou que estava previsto trabalharem sobre vários projectos de pareceres, mas que, na ausência de informações, não tinha sido possível propô-los.

¹ Na sexta-feira 6 de Fevereiro, estavam inscritos 17 membros para esta reunião, o secretariado do CC Sul tinha previsto 27 auscultadores para a tradução, estando finalmente presentes 29 membros na reunião.





Conseil Consultatif Régional Sud
6 rue Alphonse Rio
95100 Lorient • FRANCE
• TEL : +33 297 83 11 69
• FAX : +33 297 83 91 84
info@ccr-s.eu
adrilet@ccr-s.eu • bguenn@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Por conseguinte, propõe-se nesta reunião, trocar pontos de vista sobre os referidos projectos e proporcionar determinados dados.

C. Canha mostrou-se preocupada com a inscrição de tantos pontos na ordem do dia.

Acompanhamento dos Pareceres

Parecer sobre o Atum Rabilho:

Recorda-se que o CC Sul enviou um parecer a recomendar um aumento progressivo das possibilidades de pesca para este stock. A DG Mare respondeu, indicando que tal aumento tinha sido decidido no âmbito da ICCAT, através do aumento progressivo de 20% durante os três próximos anos. O parecer também refere a possibilidade de se passar de um plano de recuperação para um plano de gestão em 2016, no caso de o diagnóstico científico confirmar a recuperação do stock.

O Presidente lembrou que a alteração das datas de encerramento já tinha sido obtida, pelo que, o que mais interessava agora, a seu ver, seria conseguir alterar a distribuição da quota do atum rabilho em Espanha, considerando-a este, actualmente, injusta. Para tal, o novo artigo da PCP sobre a repartição das possibilidades de pesca (Art. 17) constitui, a seu ver, uma base interessante, que será utilizada para defender os interesses das Ilhas Canárias, tendo em conta a dependência socioeconómica dos barcos canários a essa espécie. Recorda, assim, que em 2014, apenas alguns navios de pesca puderam capturar atuns rabilhos.

J. Gonçalves apoiou esta intervenção, considerando que o aumento de quotas tinha sido obtido pelo sector da pesca e que, em Portugal, somente tinha beneficiado as almadravas. Esta intervenção foi apoiada por **L. Fernandes**. Foi recordado que a distribuição das quotas era um problema inerente a cada país. O CC Sul poderia dedicar um parecer requerendo uma melhor tomada em consideração do Artigo 17 da nova PCP. Sendo este stock da competência do GT Espécies Pelágicas, um eventual projecto de parecer sobre o assunto teria consequentemente de ser transmitido a esse Grupo de Trabalho.

Parecer sobre o Diário de Pesca Electrónico

O Coordenador **JM Ortiz** lembrou o objecto do pedido e o conteúdo da resposta da DG Mare, que autoriza os Estados Membros a proporem isenções, mediante certas condições.

Para além disso, foi referido que um parecer sobre a percentagem de tolerância relativa à pesca dos tunídeos estava actualmente a ser desenvolvido.

Actualidades Comunitárias:

Omnibus:





Conseil Consultatif Régional Sud
6 rue Alphonse Rio
96100 Lorient • FRANCE
• TEL : +33 297 83 11 69
• FAX : +33 297 83 91 84
info@ccr-s.eu
adrilet@ccr-s.eu • bguenn@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Os membros foram informados que um acordo tinha sido encontrado no âmbito da reunião tripartida institucional, não estando, contudo, actualmente, nenhuma informação de conteúdo, disponível. O Secretariado do CC transmitirá o regulamento final, logo que for tornado público. Para além disso, foi recordado que o único objectivo desse regulamento, era permitir a implementação da obrigação de desembarque.

JM Ortiz salientou os grandes objectivos da negociação (autorização de desembarque para 10% de capturas abaixo do tamanho mínimo para determinadas espécies pelágicas, estatuto do isco vivo..). Também foi feita uma descrição pormenorizada dos elementos do novo regulamento que poderiam ter tido impactos no sector. O conteúdo do Plano Rejeições adoptado e as isenções de Minimis atribuídas foram apresentados. **JM Ortiz** mostrou-se surpreendido com a validação de algumas isenções para as pescarias pelágicas e convidou os membros a tomarem conhecimento das recomendações que tinham permitido a sua atribuição. Por fim, interrogou-se sobre as pescas de atum voador, na medida em que nenhum tamanho comunitário parece estar vigente, o que terá de ser conferido.

Considerou, ainda, que a nova obrigação de desembarque podia levantar autênticos problemas para o futuro das capturas abaixo do tamanho mínimo na Macaronésia, pois não existem, aí, fábricas de transformação. Informou os membros que os pescadores Canários, após análise dos seus volumes de capturas abaixo do tamanho mínimo não desejadas, tinham chegado à conclusão de que não iria haver qualquer problema. Convém, a seu ver, ter este ponto em atenção em todas as ilhas e identificar, caso necessário, soluções em termos de saídas. A DG Mare especificou claramente que as saídas comerciais constantes da PCP eram meramente indicativas, sendo o importante essas capturas não se destinarem ao consumo humano, impossibilitando, *a priori*, a doação às organizações caritativas. Esta situação deverá, contudo, ser analisada e confirmada, pois os Estados Membros dispõem de certas possibilidades através do programa operacional.

Os membros Açorianos requereram algum tempo para avaliar os volumes de capturas, antes de entrarem novamente em contacto com o Coordenador Técnico. Ao que parece, a Madeira não será penalizada nesse âmbito.

Estas trocas de pontos de vista também permitiram responder às interrogações de **J. Gonçalves**, relativas à obrigação de desembarque para as espécies demersais. Foi-lhe especificado que essa nova obrigação estender-se-ia de 2016 a 2019, consoante modalidades ainda desconhecidas, nas quais o CC Sul trabalhará durante o ano.

Concluindo, o Presidente realçou que o referido diploma também tinha possibilitado a redução do tamanho mínimo da anchova das Canárias, congratulando-se e agradecendo a todas as partes envolvidas por esse facto.

Ajuda FEP/Feamp





Conseil Consultatif Régional Sud

6 rue Alphonse Rio

96100 Lorient • FRANCE

• TEL : +33 297 83 11 69

• FAX : +33 297 83 91 84

info@ccr-s.eu

adrilet@ccr-s.eu • bguenn@ccr-s.eu

www.ccr-s.eu

O Coordenador Técnico **JM Ortiz** indicou que o desenvolvimento dos GLAC, relacionado com o anterior Fundo Europeu, tinha iniciado havia 2 anos. As estruturas com GLAC depararam-se rapidamente com um importante problema financeiro, relacionado com o adiantamento dos fundos. Tendo em conta os respectivos fundos próprios e de tesouraria, esse mecanismo impossibilitou a realização dos vários projectos identificados, o que implicará uma redistribuição dos fundos FEP atribuídos para os GLAC das Ilhas Canárias.

C. Canha lamentou que a distribuição dos fundos em Portugal não tivesse possibilitado a criação de GLAC nos Açores, quando, supostamente, estes viriam a ser um vector significativo para a criação de dinâmicas locais. Contudo, **F. Portela Rosa** recordou as regras de elegibilidade para a activação de tais ferramentas, indicando que, naquilo que lhe dizia respeito, estas tinham sido muito valiosas, estando ainda vários outros projectos em curso.

L. Fernandes afirmou querer dispor de informações adicionais antes de comunicar as suas observações. Disse temer que os erros do passado se repetissem e lamentou a falta de transparência que levou às escolhas efectuadas.

Acto Delegado Funcionamento dos Conselhos Consultivos

O Coordenador Técnico lembrou que a nova PCP tinha alterado os rácios de composição nos órgãos decisórios dos CC, agora com 60% de assentos reservados ao sector e 40% aos outros grupos de interesses. O novo Acto delegado relativo ao funcionamento dos CC deveria, para além disso, possibilitar o aumento do número de assentos dos Comitês Executivos até 25 ou 30 após consulta da Comissão Europeia. **JM Ortiz** informou os membros que as Canárias tinham militado a favor do aumento do número de assentos no Comité Executivo (30) durante o recente Comité Executivo.

O Secretário-geral informou os membros que, de acordo com o desejo expresso na última Assembleia Geral, um método destinado a garantir com a maior transparência possível a renovação do Comité Executivo, tinha sido decidido. Nenhuma parte quis pôr em causa o acordo histórico relativo à nacionalidade do Presidente ou à localização do secretariado. O futuro Presidente será, por conseguinte, Espanhol. Para além disso, uma consulta será oficialmente lançada pelo secretariado do CC Sul durante o mês de Abril, com vista a identificar todos os candidatos ao Comité Executivo. **P. Melo** indicou que oficializaria a sua candidatura aquando dessa consulta. Ponderar-se-á, durante o Comité Executivo de final de Maio, a oportunidade de aumentar o número de assentos para 30. **JM Ortiz** salientou que esse aumento possibilitaria muito provavelmente a representação efectiva dos Açores e das Canárias, não sendo este o caso actualmente. A resposta a esta pergunta também deverá inscrever-se no âmbito da futura criação do CC RUP. **S. Larzabal** indicou que existia um consenso para tentar cumprir a actual distribuição dos assentos atribuídos ao sector e que os problemas de designação tinham primeiro de tentar ser resolvidos por cada país, de modo interno. Também salientou que França estava oposta à passagem para 30 membros no Comité Executivo.

O novo Acto Delegado proporciona, para além disso, a possibilidade de atribuir compensações adicionais aos pescadores que representam a pesca de pequena escala.





Conseil Consultatif Régional Sud
6 rue Alphonse Rio
95100 Lorient • FRANCE
• TEL : +33 297 83 11 69
• FAX : +33 297 83 91 84
info@ccr-s.eu
adrilet@ccr-s.eu • bguenn@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relativamente a este ponto, **JM. Ortiz** recordou que essa compensação tinha sido requerida pelas Canárias, durante o Comité Executivo há pouco realizado. A Comissão Europeia fez questão de confirmar que a referida compensação adicional devia ser considerada como uma opção, em situações em que a representação da pesca artesanal não seria possível. Qualquer pedido nesse sentido deverá, por esse motivo, ser apoiado. Para além disso, caberá a cada CC definir em que condições e proporção a referida compensação seria realizada, especificando que o objectivo não seria cobrir as perdas de Volumes de Negócios causadas por participações em reuniões organizadas pelo CC. Foi salientado que essa compensação somente se aplicaria aos pescadores e não aos técnicos que os representam. Por fim, a compensação teria de ser assumida financeiramente por cada CC, sem aumento do subsídio máximo atribuído pela Comissão Europeia. **S. Larzabal** informou os Membros do Grupo que o Comité Executivo tinha considerado que essa possibilidade dependia, em primeiro lugar, da responsabilidade de cada estrutura profissional. Para além do mais e, em primeira análise, as actuais regras de assunção não foram consideradas restritivas no que respeita à participação nas reuniões.

Também foi indicado que um projecto-piloto, desejado pelo Parlamento Europeu e destinado a uma melhor associação da pesca de pequena escala ao processo decisório, seria publicado em Março. Por conseguinte, pertencerá a cada estrutura avaliar em que medida essa ferramenta poderá ajudá-las a fazer face a determinadas necessidades (criação de associações, contratação de peritos..), comunicando e formalizando em seguida o seu interesse.

GT ad hoc e Controlo

O Secretário-geral informou os membros que um grupo de trabalho sobre o controlo e as Medidas Técnicas seria criado. Os membros do CC Sul poderão, para além disso, enviar ao secretariado os problemas e pistas de soluções contempladas, até 31 de Março. Esses trabalhos poderão dar azo ao tratamento de problemas de margem de tolerância já identificados e novamente referidos por **J. Gonçalves**.

Prefiguração do CC RUP

Os membros foram informados de a prefiguração do novo CC RUP ter finalmente iniciado, aquando de uma reunião entre os intervenientes abrangidos, paralelamente à audição do Parlamento Europeu sobre a pesca nas RUP, no início de Dezembro de 2014. Devido à ausência de financiamento possivelmente destinado à prefiguração, foi considerado que a prioridade devia ser dada à constituição do CC, de modo a poder beneficiar do subsídio da DG MARE e ir resolvendo os problemas gradualmente. Por esse motivo, para além do preenchimento e da transmissão dos documentos previstos pelo novo Acto Delegado, a identificação da contribuição de 10% em fundos próprios deve constituir uma prioridade. **JA Fernandes** informou os membros que a implantação do secretariado deste novo CC em Portugal afigurava-se como óbvia, face aos acordos





Conseil Consultatif Régional Sud
6 rue Alphonse Rio
96100 Lorient • FRANCE
• TEL : +33 297 83 11 69
• FAX : +33 297 83 91 84
info@ccr-s.eu
adrilet@ccr-s.eu • bguenn@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

históricos, acrescentando que gostaria que a referida implantação tivesse lugar nos Açores, mesmo se, obviamente, as reuniões seriam realizadas nas diversas bacias marítimas, devido a um apoio muito provável das diferentes regiões.

S. Larzabal informou os membros da posição Francesa:

- O Secretariado deve ter a maior estabilidade possível, sendo lógico ficar sito em Portugal. França reivindicará a Presidência deste CC, não dispendo de presidência nos diferentes CC.
- O Comité Executivo deveria estar limitado a 25 membros. 12 assentos deveriam estar reservados às estruturas que representam o sector a nível nacional. Baseando-se no número de RUP por país e atribuindo, para além disso, um assento a cada Estado Membro, os 12 assentos poderiam, ser distribuídos do seguinte modo: 7 para França, 3 para Portugal e 2 para as Canárias. 3 assentos seriam atribuídos às estruturas supranacionais.
- Finalmente, seria oportuno que cada RUP assumisse os compromissos da reunião de Bruxelas, enviando os documentos previstos o quanto antes e, o mais tardar, por exemplo, antes das reuniões do CC Sul de Bilbao, podendo este ser o local da próxima reunião informal.

Os representantes das Canárias indicaram que esses documentos seriam comunicados em Fevereiro ou Março mas que, no entanto, não achavam, à primeira vista, satisfatória a distribuição dos assentos do sector, por esta não levar suficientemente em consideração o peso económico de cada RUP. Este assunto será trabalhado nas Canárias, logo que as diferentes posições tiverem sido centralizadas e, em seguida, difundidas.

P. Melo lamentou não se dispor de informações sobre o assunto, estando este, extremamente interessado. Vários membros expressaram a sua oposição à proposta de distribuição dos assentos. Simultaneamente, estimou-se que esta questão não devia prejudicar a criação oficial do CC e que a referida distribuição poderia ser definida posteriormente, bem como os restantes problemas. **JA Fernandes** mostrou-se, ainda, disponível para ouvir e respeitar a totalidade das propostas. Alguns membros lembraram que não aspiravam à criação de um CC RUP, mas sim à criação de um CC Macaronésia, fazendo este mais sentido para a gestão dos recursos. A abordagem maioritária, que visa munir-se o mais rapidamente da ferramenta, para começar a trabalhar e resolver os problemas, não foi considerada oportuna pelo conjunto dos membros.

No que respeita à Madeira, considera-se que o novo CC poderá contribuir para dar mais peso às recomendações e pretensões dos pescadores da Macaronésia. **L. Calaça** mostrou-se favorável a uma constituição rápida do CC, mencionando que as estruturas que representam a Macaronésia deveriam ter a possibilidade de escolher prosseguir os trabalhos no CC Sul. Informou os membros que estava prestes a se reformar.

A pedido de **S. Larzabal**, foi recordado que o CC Sul não se destinava a ajudar na constituição do CC RUP, limitando-se este, essencialmente, a facilitar os trabalhos, sem impacto financeiro para si próprio. É, no entanto, importante, para além das informações dos membros, que o CC Sul acompanhe os trabalhos, devido à réplica em matéria de





Conseil Consultatif Régional Sud
6 rue Alphonse Rio
95100 Lorient • FRANCE
• TEL : +33 297 83 11 69
• FAX : +33 297 83 91 84
info@ccr-s.eu
adrilet@ccr-s.eu • bguenn@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

competências constante da PCP, no que respeita às águas que circundam a Macaronésia. A organização de algumas reuniões do CC Sul poderá, contudo, ser aproveitada para a realização de reuniões informais de prefiguração, à semelhança dos grupos de trabalho previstos para finais de Abril.

O Presidente recordou que não se devia perder de vista que o mais difícil, seria a animação dos futuros trabalhos, tornando necessária, a seu ver, a presença, em cada RUP de técnicos dedicados a essa animação. As diferentes regiões deverão, por esse motivo, apoiar os trabalhos, pelo que desejou que a correspondência oficializando essa colocação ao dispor dos Açores e da Madeira lhe fosse transmitida, de modo a informar as autoridades das Ilhas Canárias.

JA Fernandes confirmou que era preciso distinguir claramente a prefiguração do CC RUP do GT Subdivisão Insular. A Federação dos Açores animará as próximas reuniões. **P. Melo** recordou que devia ser dada prioridade à criação do novo CC. Afirmou que pretendia continuar a trabalhar no CC Sul, mas que ficaria satisfeito em poder ajudar com a prefiguração do novo CC. Um membro também estabeleceu um paralelo entre a criação do novo CC e a regionalização.

Concluindo, foi recordado que cada uma das regiões tinha de trabalhar na apresentação dos documentos identificados na reunião de Bruxelas. A Federação dos Açores ficará encarregada das iniciativas tomadas pelos parceiros, nomeadamente, no que respeita à entrega dos documentos obrigatórios para o pedido oficial de criação. As reuniões de Bilbao em finais de Abril poderão ser aproveitadas para, de modo informal, prosseguir as negociações.

Feedback de Experiências:

A Federação dos Açores mostrou um documentário apresentando as práticas de pesca em Ponta Delgada.

Questões Diversas:

JM Ortiz informou os membros relativamente a futuros trabalhos sobre a PescaTurismo, indicando que essa prática tinha sido incluída na Lei sobre a Pesca em Espanha.

Conclusões da Reunião:

* Os membros dos Açores terão de comunicar os seus valores em termos de capturas não desejadas de indivíduos abaixo do tamanho mínimo de espécies pelágicas submetidas à obrigação de desembarque em 2015. Em função dessas informações, poderá ser proposto um projecto de parecer.

